

Mariana Pamplona Ximenes Ponte

## VII ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Grupo de Trabalho 17

PIBID, Residência Pedagógica e Estágio no ensino de Sociologia: espaços decoloniais e dialógicos

O Programa Residência Pedagógica como “Atos de Currículo”: experiências na educação básica através do ensino de Sociologia

Belém, Pará  
2023





## O PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA COMO “ATOS DE CURRÍCULO”: EXPERIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA ATRAVÉS DO ENSINO DE SOCIOLOGIA<sup>1</sup>

Mariana Pamplona Ximenes Ponte <sup>2</sup>

### RESUMO

O programa residência pedagógica se propõe a contribuir na construção da formação de professores em sua atuação na educação básica através de um circuito de ações e propósitos que giram em torno da construção da práxis dos alunos de licenciatura, da pesquisa entre preceptores e residentes, da colaboração entre IES escolas entre outros. Além das práticas orientadas e acompanhadas em sala de aula (ensino, planejamento, elaboração e correção de atividades e etc), o desenvolvimento de um grupo de estudo que reúne os residentes e preceptores faz desses encontros um “lugar” em que os “atos de currículos” (MACEDO, 2012) se organizam e se efetivam, ou seja, a medida que o debate provocado por um texto previamente selecionado oportuniza a construção e partilha da práxis em construção nós atualizamos os currículos, o dos residentes, futuros educadores, e de nossos educandos do ensino básico. Esta pesquisa se propõe a fazer um relato de experiência de um dos preceptores de Sociologia da Escola de Aplicação da UFPA no âmbito do Programa Residência Pedagógica.

**Palavras-chave:** Sociologia; Atos de currículo, residência pedagógica.

### INTRODUÇÃO

O Programa Residência Pedagógica (PRP) é um programa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que se propõe a contribuir na formação de professores para sua atuação na educação básica através de um circuito de ações e propósitos que giram em torno da construção da práxis dos alunos de licenciatura, oportunizando a experiência docente e a vivência prolongada em ambiente escolar. O PRP também abarca o desenvolvimento de pesquisas entre preceptores e residentes, a colaboração entre instituições de ensino superior (IES) e instituições públicas do ensino básico.

A formação de professores é uma temática comumente apresentada como um desafio no âmbito dos cursos de licenciatura, problema bastante discutido por autores clássicos da Pedagogia (PACHECO, 2013; VEIGA & AMARAL, 2011; VEIGA & SILVA; 2010) que debatem a necessidade de construção de uma práxis que esteja de acordo com a

<sup>1</sup> Artigo resultado da Bolsa de Preceptoría do Programa Residência Pedagógica/CAPES.

<sup>2</sup> Docente Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará (EA/UFPA), mulher-cis-branca, reside em Belém/Pará; [marianaximenes@ufpa.br](mailto:marianaximenes@ufpa.br).



contemporaneidade do ensino básico. Muitas questões políticas estão envolvidas quando se fala de formação de professores pois historicamente a educação é um dos primeiros setores que movimentos conservadores buscam “enquadrar”, esvaziando os debates e o desenvolvimento de senso crítico.

É necessário que qualquer estudante que pretende se tornar professor conheça os debates em torno das teorias de currículos e o que sustenta suas concepções e construções. E para isto, é imperativo considerar a história das disputas e resistências travadas constantemente para que a Sociologia permaneça no ensino básico brasileiro, o que torna o programa Residência Pedagógica para licenciandos de Sociologia mais um campo de disputa e constituição disciplinar na busca de manutenção da mesma nos currículos escolares; e conseqüentemente, a manutenção dos cursos de graduação em Licenciatura Plena em Ciências Sociais.

Considera-se currículo para além do debate do conteúdo a ser ensinado, ou seja, nesta pesquisa entende-se currículo em sua concepção ampla que diz respeito a tudo o que se realiza no âmbito educacional/escolar/formativo. Currículo envolve uma gama de questões para além dos planejamentos, planos de aulas, conteúdos e demais documentos formais. Consideramos importante o debate sobre as teorias do currículo, as disputas políticas, econômicas, culturais e epistêmicas que estão envolvidas na questão junto aos residentes de Sociologia. Partimos da seguinte concepção de currículo:

Da perspectiva pós-estruturalista, podemos dizer que o currículo é também uma questão de poder e que as teorias do currículo, na medida em que buscam dizer o que o currículo deve ser, não podem deixar de estar envolvidas em questões de poder. Selecionar é uma operação de poder. Privilegiar um tipo de conhecimento é uma operação de poder. Destacar entre as múltiplas possibilidades, uma identidade ou subjetividade como sendo a ideal é uma operação de poder [...] As teorias do currículo no centro de um território contestado (SILVA, 1999, p. 16).

As relações de poder construídas e reproduzidas, as identidades e corpos forjados ou “afogados” nesse processo, atravessam em diversos níveis temas basais das Ciências Sociais e estão postos como trajetórias a serem percorridas de maneira crítica e reflexiva tanto pelos residentes quando pelos alunos do ensino básico, de modo a permitir que estamos sendo atravessados por dois currículos, o da escola-residência e o da universidade-formadora de professores.

Esta pesquisa se propõe a ser um relato de experiência (em curso) sobre a participação enquanto preceptora no Programa Residência Pedagógica/Sociologia na Escola de Aplicação na UFPA. O enfoque é sobre a centralidade das teorias do currículo na condução e construção



dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental II e a formação dos residentes como futuros professores do ensino básico.

Foram utilizados os instrumentos e metodologias comuns na Antropologia, tais como observação participante, caderno de campo, escrita etnográfica, e ainda, revisão bibliográfica sobre relatos de experiência relacionadas ao campo educacional.

## DESENVOLVIMENTO

No Brasil, as décadas de 1960 e 1970 são simbólicas quanto as intervenções autoritárias nas universidades advindas do regime ditatorial militar implementado no país (1964 a 1984), e Paulo Freire é o professor-autor ícone da perseguição realizada pela ditadura à personalidades de destaque que atuavam construindo experiências educacionais democráticas.

O rompimento da implantação da experiência realizada em Angicos por Paulo Freire financiado pelo Programa Aliança para o Progresso para a implantação do MOBREAL num contexto de “reforma” educacional é um exemplo da forma como o sistema educacional é considerado como central para a implantação de novos regimes e modelos econômicos e políticos no Brasil.

Posteriormente, nas décadas de 80 e 90 houve a implantação de reformas para “adequação” do país ao projeto neoliberal, também financiado por órgãos internacionais, desta vez pelo Banco Mundial. Aquela iniciativa, que possuía como um de seus objetivos conter o avanço do comunismo na América Latina terminou sendo avaliado como uma iniciativa subversiva e perigosa por visar a reflexão, conscientização, desenvolvimento de senso crítico e fundamentalmente a construção de cidadãos a partir da educação, e da alfabetização da população adulta.

Em todas elas, o avanço do Capital no país é o grande mote, é este motor “desenvolvimentista” que é posto a funcionar para direcionar os rumos da educação, tanto no âmbito do ensino básico quanto no do ensino superior.

Atualmente o “movimento” do Capital e da privatização da educação materializou-se com a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Novo Ensino Médio (NEM), ambos com propostas de currículo que pretendem alterar concepções básicas da educação, e sob o discurso de assertividade e eficiência subtraem novamente a capacidade de consolidação de uma educação que emancipe para além do Capital; e do (suposto) acesso ao mercado de trabalho. BNCC e NEM consolidam o discurso de que a educação no país

fracassa por excesso de conteúdo e descolamento da realidade, falta de uso de tecnologia e excesso de generalidade.

Para quem conhece as teorias do currículo, parece um *revival* das teorias com base taylorista buscando formar “tecnicamente” as crianças e jovens, deslocando a questão do “o que ensinar?” e “porque ensinar isto e não aquilo” (SILVA, 1999) para o “como ensinar” com a intensificação das discussões em torno do uso de metodologias ativas, aplicativos, computadores e robótica ignorando toda construção científica anterior, em especial a instrumentalização ideológica que os currículos operam, desenhando a manutenção e reprodução do *status quo* (SILVA, 1999)<sup>3</sup>.

Este é o contexto em que atuamos, ou seja, na “implementação” de novas concepções de currículo. Para o Ensino Médio, de maneira pragmática, significa a redução da carga horária da Sociologia e a fabricação de arranjos que deslocam estes professores para os chamados “itinerários formativos” ou “projetos de vida”. Os livros didáticos da área “Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” têm colocado Sociologia e Filosofia como conhecimentos acessórios, como uma espécie de estratégia cenográfica para a História e Geografia.

No entanto, para que qualquer projeto de educação nacional seja efetivamente implementado é necessário que os professores sejam forjados no mesmo paradigma que se quer aplicar – ou use de recursos autoritários, em ambos os casos, o projeto enfrentará algum grau de resistência – o que significa uma alteração na formação, currículo e políticas educacionais do ensino superior. Aqui está o primeiro embate da implantação da BNCC e NEM pois os educadores não foram formados para atuar desta maneira; além da questão central da precariedade de pessoal e material das escolas públicas. Mas, a questão é que já se tem discutido adequações no ensino superior para “preparar” os futuros trabalhadores da educação para este projeto de aprofundamento da privatização da educação nacional, o que já tem gerado e aquecido o mercado de cursos de formação continuada e produção de materiais digitais e didáticos.

A autora-preceptora atua no Ensino Fundamental II/EFII (8º e 9º anos) e Educação de Jovens e Adultos (Ensino Médio) na Escola de Aplicação da UFPA. De maneira excepcional, esta escola possui a disciplina “Fundamentos da Sociologia” nos 8º e 9º anos EFII. A BNCC não prevê a disciplina para o nível fundamental, portanto não há direcionamento de conteúdo,

<sup>3</sup> Poderíamos ainda tratar da questão das desigualdades regionais, *locus* histórico da Amazônia brasileira que sempre está a margem das decisões nacionais a medida que suas peculiaridades – ambientais, sociais, geográficas, culturais, estruturais, populacionais – não são consideradas, o que vem garantindo a manutenção da exclusão e aprofundamento da precarização educacional do Norte do Brasil. Mas não abordaremos esta questão aqui por demandar de um debate extenso e complexo e foge de nossa proposta.

competências e habilidades para ela previsto neste desenho de currículo, assim como, não há livros didáticos construídos para este público a serem utilizados no ensino de Sociologia.

Se imaginarmos que o currículo é um *texto* complexo em constante *escrita e reescrita*, mesmo que os tecnicistas não queiram vê-lo assim, e que os discursos antinômios, que acabam embotando analiticamente seu acontecimento eminentemente relacional, perderem de vez essa pertinência e relevância, a ideia de perspectiva sistêmica e acionalista por nós cunhada de *ato de currículo* vêm justamente potencializar o caráter *socioconstrucionista* e relacional deste potente *dispositivo de formação* (MACEDO, 2013).

Diante daquele cenário e desta perspectiva de currículo, construímos um planejamento anual para o 9<sup>o</sup> ano que possui como cerne o debate das desigualdades sociais a partir das teorias e abordagens centrais das Ciências Sociais. Dividindo em quatro etapas (bimestres) o planejamento foi desenhado da seguinte maneira: 1. Senso comum x Ciência, Sociologia como ciência, metodologias científicas das ciências sociais, etnografia como estratégia de proporcionar imaginação sociológica; 2. Desigualdades socioeconômicas na sociedade capitalista, conceitos básicos marxistas para entendimento da realidade econômica dos alunos; 3. Relações étnico-raciais: conceitos básicos, racismo como forma de poder estruturante no Brasil, conceitos fundamentais para pensar a questão na atualidade: feminismo negro, racismo ambiental, colorismo, racismo religioso e racismo recreativo; 4. Relações de Gênero e Sexualidade: conceitos básicos, relações de poder com base nas relações de gênero, o patriarcado como estrutura de poder e as violências naturalizadas. Diversidade sexual e Direitos humanos.

Sem nenhuma pretensão de neutralidade, este desenho curricular está alinhado as minhas concepções de mundo, educação e democracia que convergem para a formação de atores políticos, críticos e combativos. Além disso, foi considerado que são “atores/autores curriculares todos aqueles implicados em suas ações e tessituras, entretecidas na experiência formativa, ou seja, planejadores, professores, gestores, alunos, funcionários, pais, família, comunidade, movimentos sociais, etc” (MACEDO, 2013), acrescento ainda os estagiários e residentes, e que seus anseios devem ser incorporados ao currículo que será vivenciado por todos.

Temas como racismo, misoginia e homofobia, e outras manifestações de preconceito e discriminação abordadas como bullying estão presentes nas escolas de ensino básico da rede pública e privada (TEIXEIRA et al, 2013), assim como a violência entre estudantes e o uso das redes sociais como instrumento de amplificar, reproduzir e consolidar essas violências a partir da difusão de discursos e imagens que tratam o respeito aos Direitos Humanos e avanços democráticos como instrumentos de perca de direitos por grupos hegemônicos

(PODCAST O ASSUNTO: a explosão de violências dentro das escolas, 2023). Quando o currículo foi pensado ainda não havia acontecido o que podemos chamar de sequência de ataques com vítimas fatais nas escolas no Brasil em 2023, porém, já figurava como questão-problema central as violências e discriminações que se tornaram frequentes no ensino básico.

Diante deste cenário, adotamos a perspectiva de construir um currículo para os alunos do 9º ano que atuasse como instrumento formativo deles, discutindo sociologicamente questões centrais, problemas cotidianos-contemporâneos que os rondam. Simultaneamente, este currículo compõe a formação dos alunos da graduação (bolsistas e voluntários) que fazem parte do PRP na EA/UFPA, em especial os que estão sob minha preceptoria.

Como elemento central deste projeto buscamos aplicar/vivenciar esta experiência como um “Ato de currículo” sob a seguinte definição:

*Ato de currículo como um conceito-dispositivo cria a antítese da visão de currículo como uma condenação sociopedagógica, como um artefato que produz tão somente prescrição, restrição e trilhos. Provoca uma disposição explicitada para a implicação irrestrita nas coisas do currículo, aqui perspectivado como uma invenção social e cultural, com possibilidades de transformar em uma multicriação socioeducacional numa experiência autonomista compartilhada. (MACEDO, 2013)*

Diante desta oportunidade de construção de currículo – sem a necessidade de tensão com a instituição e legislação em vigor – e ainda com intensão de contribuir para a formação de futuros professores de Sociologia (PRP) que pretendem atuar no ensino básico, tomamos como base a concepção de formação descritas por Macedo que diz “a formação é irremediavelmente do âmbito da experiência de quem como sujeito social, encontra-se na aventura pensada que é aprender, subjetivando-a, valorando-a. Até porque, sempre, para alguém, em algum lugar, nem toda aprendizagem é boa” (MACEDO, 2013).

Os trabalhos formativos no âmbito da PRP tem acontecido principalmente em duas camadas, a primeira é a vivência preceptor-residente junto aos alunos, o que envolve desde questões mais formais como preparação e planejamento de aulas, regência de aula pelos residentes – que incluem atos simples e desafiadores como a escrita no quadro branco, a busca pelo silêncio e atenção dos alunos, o controle do nervosismo – e a insegurança se o conteúdo foi aprendido de maneira adequada pelos alunos; todos estes itens são diretamente relacionados pelas residentes ao sucesso de sua performance em sala de aula.

Minha postura tem sido de proporcionar a autonomia para atuar e selecionar o quê, e como devem ser abordadas as temáticas pré-estabelecidas para as aulas (em um primeiro momento), seguindo para a construção de planejamento compartilhado do bimestre, e liberdade para construção das aulas e atividades avaliativas a serem realizadas pelas residentes. Junto a esta camada experiencial, tenho proporcionado que compreendam o

funcionamento da burocracia da escola com relação a controle de frequência, entrega de atividades e lançamento de notas que interfere diretamente na atuação profissional.

Ainda no que se refere a atuação em sala de aula, há o relacionamento com os alunos, as violências produzidas e reproduzidas em forma de discursos e “piadas” entre os alunos, as relações de amizade e confiança estabelecidas entre eles e as residentes – acredito que em parte potencializada pela proximidade/identificação geracional – e o compartilhamento de “segredos” ou atitudes consideradas “inadequadas” que elas perceberam/souberam comigo na busca de compreender e saber como agir.

Em outra camada, na busca de um espaço formativo complementar e reflexivo – e também para atender a demandas burocráticas de carga horárias previstas no PRP – propus e venho atuando como facilitadora de um Grupo de Estudos destinado a todos que participam do PRP Sociologia na EA/UFPA e a quem mais tiver interesse na docência. E neste grupo de estudos tem ocorrido trocas riquíssimas sobre as experiências vividas simultaneamente o estudo e debate de teorias e textos que provocam a reflexão sobre nossas práticas pedagógicas.

O grupo de estudos que passou a funcionar como um “lugar” em que os “atos de currículos” ( MACEDO, 2012) se organizam e se efetivam, ou seja, a medida que o debate provocado por um texto previamente selecionado oportuniza a construção e partilha da práxis em construção, nós atualizamos os currículos: o dos residentes, futuros educadores em formação; e de nossos educandos do ensino básico, adotando uma prática de constante avaliação, reflexão e redesenho de atitudes e abordagens junto aos alunos.

Os Autores selecionados para os primeiros meses do grupo de estudo foram Paulo Freire (1996), com *Pedagogia da Autonomia*; bell hooks (2013), com *Ensinando a Transgredir*; Tadeu Silva (1999) com *Documentos de Identidade* e, Kabenguele Munanga (2015) com *Por que ensinar História da África no Brasil?*

A seleção dos autores pretendeu construir a base teórica metodológica necessária para suporte da prática de ensino e também pautar questões centrais, urgentes e contemporâneas, são elas: as desigualdades sociais e as formas de discriminação (re)produzidas na escola, em especial as questões econômicas, étnico-raciais, de gênero e sexualidade.

As evidências constantes do aumento de grupos neonazistas no Brasil que se articulam cooptando adolescentes com discursos racistas, eugenistas e misóginos precisa ser considerado tanto para a formação das crianças e jovens, quanto dos educadores em formação. Além disso, essas pautas protagonizaram a preocupação de toda a comunidade escolar e da

sociedade no geral durante os primeiros meses de 2023 diante do aumento de ataques em escolas com vítimas fatais.

Além da excepcionalidade da situação, entendemos a necessidade em discutir, durante as aulas de Sociologia, nos corredores da escola, em conversas informais, em reuniões pedagógicas, as opressões e preconceitos que estão ativos na escola e por ventura estejam sendo reproduzidos no currículo formal, real ou oculto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos seis primeiros meses de PRP sociologia na EA/UFPA é notável o crescimento formativo das residentes e da preceptora. As residentes estão construindo com solidez e segurança a atuação profissional dentro e fora da sala de aula, nas regências e produção de materiais e atividades destinadas aos alunos. As imprevisibilidades do cotidiano escolar têm trazido a fluidez e rapidez com que é preciso firmar posicionamentos agir em situações como fragilidade psicológica, violências entre outras.

O grupo de estudos tem se consolidado como espaço de construção e reflexão com embasamento teórico em diálogo com as experiências individuais e coletivas, tanto sobre a atuação na escola e IES, quanto em âmbito pessoal e subjetivo, pois, um dos temas que emergem com frequência são os limites que nossas trajetórias individuais – em especial relacionadas a questões morais, ideológicas e religiosas – impactam em como agimos diante de situações com os alunos.

No debate sobre currículo e teoria do currículo, ecoou a necessidade de que nos apropriemos do currículo oculto buscando tornar pedagógico desde os mínimos movimentos, abordagens, conversas, disciplina, disponibilidade de escuta e demonstrações de afeto junto aos alunos.

A experiência aqui relatada ainda não está finalizada e certamente será enriquecida nos próximos meses, e certamente outras reflexões e textos serão produzidos em complemento a este.

## REFERÊNCIAS

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática pedagógica. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo Martins Fontes, 2013.

VEIGA, I. P. A. & SILVA, E. F. da S. (orgs.). **A escola mudou. Que mude a formação de professores!** 1. ed. Campinas, SP: Papirus, 2010.

VEIGA, I.P.; AMARAL, A.L. (Orgs.). **Formação de professores: políticas e debates.** São Paulo: Papirus, 2011.

MACEDO, R.S. **Atos de currículo e autonomia pedagógica: o socioconstrucionismo curricular em perspectiva.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

MACEDO, R. S. **Atos de currículo e formação: o príncipe provocado?** Revista Teias, 13 (27), 67-74. 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24252>. Acesso: 02/05/2023.

MUNANGA, Kabengele. **Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 62, p. 20–31, dez. 2015.

O ASSUNTO: a explosão de violência nas escolas. Entrevistadas: Talma Vinha. Entrevistadora: Natuza Nery. G1, 30 mar. 2023. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/0QE6uBLVWXaROzngEU0G13>. Acesso em: 01 abr. 2023.

PACHECO, J. A. **Currículo, didática e formação de professores.** Campinas, SP: Papirus, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade; uma introdução às teorias do currículo.** Belo Horizonte: Editora Autêntica, 1999.

TEIXEIRA, Adla Betsaida Martins et all. Homofobia e misoginia na escola: ENFRENTAMENTOS A PARTIR DOS DIREITOS HUMANOS. **Revista Teoria e Sociedade** n° 21.2, jul-dez, 2013. Disponível em: <https://bib44.fafich.ufmg.br/teoriaesociedade/index.php/rts/article/view/99/78>. Acesso: 19/06/2023.

